



Universidade Estadual do Ceará - UECE Reitoria

Av. Doutor Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – 60740-000 – Fortaleza, Ceará, Brasil Fone: (0XX)85 31019601– Fax: (0XX) 85 31019603 – e-mail: reitsec@uece.br

CHAMADA PÚBLICA DE SELEÇÃO Nº 12/2021

Estabelece normas e condições para Processo Seletivo de auxiliares de pesquisa para atuação na REDE DE COOPERAÇÃO EM PESQUISA UECE/SEDUC.

O Magnífico Reitor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Prof. Hidelbrando dos Santos Soares, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, torna pública, para o conhecimento dos interessados, a Chamada Pública para seleção de auxiliares de pesquisa no escopo da **REDE DE COOPERAÇÃO EM PESQUISA UECE/SEDUC**, dirigida para os professores efetivos pertencentes ao Grupo Ocupacional do Magistério da Educação Básica (MAG) em efetivo exercício em qualquer das instâncias da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE).

1. DOS OBJETIVOS DA REDE DE COOPERAÇÃO EM PESQUISA UECE/SEDUC

A Rede de Cooperação em Pesquisa UECE/SEDUC é uma iniciativa criada pela articulação entre a Universidade Estadual do Ceará e a Secretaria de Educação do Ceará e tem como objetivo fomentar ações conjuntas, compatíveis com as respectivas missões institucionais, visando responder aos desafios do estado do Ceará para a elevação do patamar educacional da sua população, com oferta de educação de qualidade em todos os níveis (básico e superior), valorização dos profissionais de educação e incentivo à pesquisa científica como fundamento para a melhoria e qualificação dos serviços educacionais.

1.1. As pesquisas, a serem desenvolvidas por força do Processo nº 10469296/2020 e contrato celebrado entre a Fundação Universidade Estadual do Ceará e Secretaria de Educação, envolvem os seguintes eixos de pesquisa em política educacional.

| Eixos de pesquisa | Descrição |
|---|--|
| Políticas de tecnologias digitais na educação básica | Atuação no desenvolvimento de tecnologias e sistemas digitais para gestão educacional e escolar, inclusão digital, currículo, produção de recursos pedagógicos e metodologias ativas. |
| Política e gestão educacional e escolar | Atuação na concepção e implementação de políticas educacionais com foco na diversidade e multiculturalismo. |
| Educação e saúde | Atuação na perspectiva pluridisciplinar da ciência da educação com as ciências da saúde, visando a identificar e atuar sobre problemas que afetam a adolescência e suas consequências para a vida adulta e a inserção na sociedade e no mundo do trabalho. |
| Currículo, práticas pedagógicas e cidadania global | Estudos sobre currículo considerando a dimensão do prescrito e do real, observando as condições de implementação; estudos sobre práticas pedagógicas e processo de ensino-aprendizagem; pesquisas sobre valores, conhecimentos e habilidades que preparem os jovens para uma cidadania global. |

1.2. Cada eixo de pesquisa é constituído por um conjunto de estudos associados, conforme discriminação detalhada no **Anexo 2** desta Chamada Pública.

Handwritten signature

- 1.3. Cada pesquisa apresentada no **Anexo 2** selecionará a quantidade de auxiliares de pesquisa indicada, considerando dois níveis: I – auxiliares de pesquisa com nível de graduação plena e II - auxiliares de pesquisa com nível de mestrado.
- 1.4. As pesquisas desenvolvidas pelos auxiliares de pesquisa selecionados (níveis I e II) conforme expressos nos títulos dos projetos apresentados no **Anexo 2**, deverão estar inseridas nos eixos de pesquisas indicados no item 1.1. e atender às demandas de políticas educacionais da Seduc.
- 1.5. Maiores detalhes sobre as pesquisas de cada um dos eixos das políticas educacionais da Seduc definidas para esta Chamada Pública encontram-se descritos no **Anexo 4**.

2. DO PÚBLICO-ALVO

- 2.1. Poderão participar da Chamada Pública para seleção de auxiliares de pesquisa no escopo da **REDE DE COOPERAÇÃO EM PESQUISA UECE/SEDUC** os candidatos que atendam aos seguintes requisitos:
 - 2.1.1. Ser professor efetivo pertencente ao Grupo Ocupacional do **Magistério da Educação Básica (MAG)** em efetivo exercício em uma das seguintes unidades: escolas estaduais, unidades da Seduc/Sede, Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede), Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor) ou unidades sindicais que representam os profissionais do Grupo MAG da Educação Básica.
 - 2.1.2. Ser portador de diploma de graduação em licenciatura de duração plena, para os auxiliares de pesquisa nível I.
 - 2.1.3. Ser portador de diploma de mestrado, para os auxiliares de pesquisa nível II.
- 2.2. Não poderão concorrer às vagas para auxiliares de pesquisa da **REDE DE COOPERAÇÃO EM PESQUISA UECE/SEDUC** os candidatos que:
 - 2.2.1. Possuam titulação de mestrado, para os auxiliares de nível I e doutorado, para os auxiliares de nível II.
 - 2.2.2. Estejam cursando mestrado ou doutorado público reconhecido pela CAPES, com ou sem financiamento da Seduc.
 - 2.2.3. Desligaram-se ou foram desligados de ofertas de mestrados ou doutorados anteriores.
 - 2.2.4. Contabilizem tempo de serviço suficiente de modo que falte para aposentadoria em quantidade de anos, valor igual ou menor ao dobro do tempo de um curso de mestrado (nível I) ou doutorado (nível II).
 - 2.2.5. Estejam matriculados ou aprovados em cursos de mestrado ou doutorado, reconhecidos pela CAPES.
 - 2.2.6. Estejam em estágio probatório.

3. DAS VAGAS DOS PROJETOS DE PESQUISA

- 3.1. As vagas por eixo de política educacional da Seduc e projeto de pesquisa encontram-se detalhadas no **Anexo 2** desta Chamada Pública.

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. As inscrições serão realizadas no endereço <https://limesurvey.uece.br/index.php/556414/lang/pt-BR/token/m3uzu9f983t6yps>
- 4.2. A aceitação do pedido de inscrição do(a) candidato(a) está condicionada ao envio de todos os documentos discriminados nos itens 4.3.I e 4.3.II para cada nível de auxiliar de pesquisa.
- 4.3. A documentação exigida para inscrição deverá ser enviada em um único arquivo no formato pdf legível, com os documentos organizados na mesma ordem em que aparecem nos itens I e II;

I) Para auxiliares de pesquisa nível I

- a) Uma foto 3 x 4 recente de frente colorida e scaneada;
- b) Cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, Título de Eleitor com comprovante de votação em 2020, Certificado de Reservista ou equivalente (para os candidatos do sexo masculino) e passaporte (exclusivo para candidatos estrangeiros);
- c) Comprovante por meio do extrato de pagamento (contracheque), emitido pela Seplag, contendo o código de validação (<https://www.seplag.ce.gov.br/menu-servicos/servidor-online/>) de que é professor efetivo ativo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc-CE);
- d) Cópia do diploma do curso de graduação (tecnólogo, bacharel ou licenciado). Também será aceito diploma de curso superior fornecido por instituição de outro país, desde que reconhecido e/ou revalidado por órgão competente no Brasil;
- e) Cópia do histórico escolar do curso de graduação plena (tecnólogo, bacharel ou licenciado), reconhecido pelo órgão competente;
- f) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a ser realizado mediante emissão de DAE (Documento de Arrecadação Estadual). O candidato deverá gerar o boleto para realizar o pagamento da inscrição na página da UECE. Para tanto, acesse (www.uece.br); na sessão "Serviços e Informativos", escolha a opção "Emissão de DAE"; no campo "Cidade", selecione Fortaleza; no campo "Serviço", selecione Chamada Pública Nº 12/2021 – REDE DE COOPERAÇÃO EM PESQUISA UECE/SEDUC; preencha o número do CPF do candidato e o nome completo. Em hipótese alguma, mesmo em caso de indeferimento de inscrição, a taxa será devolvida.

II) Para auxiliares de pesquisa nível II

- a) Uma foto 3 x 4 recente de frente, colorida e scaneada;
- b) Cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, Título de Eleitor com comprovante de votação em 2020, Certificado de Reservista ou equivalente (para os candidatos do sexo masculino) e passaporte (exclusivo para candidatos estrangeiros);
- c) Comprovante por meio do extrato de pagamento (contracheque), emitido pela Seplag, contendo o código de validação (<https://www.seplag.ce.gov.br/menu-servicos/servidor-online/>) de que é professor efetivo ativo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc-CE);
- d) Cópia do Diploma ou Certidão/Declaração dentro do prazo de validade e cópia do Histórico Escolar de Mestrado reconhecidos por instituição nacional com curso recomendado pela Capes. Os diplomas e históricos de candidatos de outro país devem ser reconhecidos e/ou revalidados por órgão competente no Brasil, conforme estabelece a Resolução nº 933/2013 – UECE/CONSU;
- e) Cópia do diploma do curso de graduação (tecnólogo, bacharel ou licenciado). Também será aceito diploma de curso superior fornecido por instituição de outro país, desde que reconhecido e/ou revalidado por órgão competente no Brasil;
- f) Cópia do histórico escolar do curso de graduação plena (tecnólogo, bacharel ou licenciado), reconhecido pelo órgão competente;
- g) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a ser realizado mediante emissão de DAE (Documento de Arrecadação Estadual). O candidato deverá gerar o boleto para realizar o pagamento da inscrição na página da UECE. Para tanto, acesse (www.uece.br); na sessão "Serviços e Informativos", escolha a opção "Emissão de DAE"; no campo "Cidade", selecione Fortaleza; no campo "Serviço", selecione Chamada Pública Nº 12/2021 – REDE DE COOPERAÇÃO EM PESQUISA UECE/SEDUC; preencha o número do CPF do candidato e o nome completo. Em hipótese alguma, mesmo em caso de indeferimento de inscrição, a taxa será devolvida.

4.4. Os(as) candidatos(as) selecionados(as) terão sua documentação conferida com os originais em momento posterior, conforme permissão dos órgãos sanitários.

4.5. Todo o processo seletivo terá sua divulgação na página da PROPGPq (www.uece.br/proppgq), conforme cronograma de eventos desta Chamada Pública (Anexo 1).

4.6. O candidato com inscrição indeferida poderá impetrar recurso junto programa de pós-graduação/projeto de pesquisa para o qual está se inscrevendo, conforme cronograma de eventos desta Chamada Pública (**Anexo 1**), não cabendo recursos adicionais, na esfera administrativa, em relação à decisão adotada no julgamento do recurso.

5. DO PROCESSO SELETIVO

5.1. A Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará nomeará uma Comissão Especial de Seleção, constituída pelos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação (PPG) envolvidos com as pesquisas indicadas no **Anexo 2**.

5.2. Cada Coordenador dos PPG organizará sua Comissão de Seleção dos Auxiliares de Pesquisa, contando com os pesquisadores coordenadores das respectivas pesquisas.

5.3. O processo seletivo dos auxiliares de pesquisa abrange 3 etapas:

5.3.1. Etapa 1 – Carta de intenção

- A carta de intenção é um gênero textual/discursivo em que o(a) candidato(a) expressa seus interesses para a vaga a qual está se inscrevendo. Ele deverá redigir um texto com 600 palavras, manifestando seu interesse em concorrer para a pesquisa que selecionou no ato da inscrição.
- A Carta de intenção é eliminatória e será atribuída nota na escala de zero (0,0) a dez (10,0) pontos.
- A nota mínima para aprovação nesta etapa é 7,0 (sete) pontos.
- A Carta de intenção será elaborada em dia e hora determinado no Cronograma de Eventos desta Chamada Pública (**Anexo 1**), no formato *on line*, e o candidato receberá, no email informado na Ficha de Inscrição, orientações para acesso ao ambiente virtual de aprendizagem no qual vai realizar a atividade.
- Na avaliação da Carta de intenção, serão atribuídas notas na escala de zero (0,0) a dez (10,0), de acordo com a pontuação indicada no quadro seguinte:

| Critérios | Pontuação Máxima |
|---|------------------|
| Uso da modalidade padrão da Língua Portuguesa | 1,0 |
| Capacidade de apresentar-se como um pesquisador | 3,0 |
| Capacidade de justificar seus interesses e motivações por um tema de pesquisa | 3,0 |
| Capacidade de relacionar um tema de pesquisa a sua experiência profissional | 3,0 |
| Total | 10,0 |

5.3.2. Etapa 2 – Entrevista

- Somente fará a entrevista o(a) candidato(a) aprovado na Etapa 1 – Carta de intenção.
- A entrevista tem caráter eliminatório e objetiva discutir com o candidato seu interesse pelo projeto de pesquisa para o qual se inscreveu, bem como experiência profissional e disponibilidade de tempo para a pesquisa.
- A entrevista será realizada de modo virtual com uso da ferramenta *Meet* do *Gsuite*.
- Cada Programa de Pós-graduação que possui pesquisas nesta Chamada Pública abrirá uma sala de entrevistas específica e o candidato será informado por *email* o dia e hora de seu acesso.
- Não será permitido que um candidato assista à entrevista de outro candidato e, caso tente acesso à sala virtual de entrevistas antes do seu horário, terá seu acesso vetado pelo gestor da sala.
- Na avaliação da entrevista, serão atribuídas notas na escala de zero (0,0) a dez (10,0), de acordo com a pontuação indicada no quadro seguinte:

| Critérios | Pontuação Máxima |
|--|------------------|
| Capacidade argumentativa e fluência na Língua Portuguesa | 1,0 |

HT

I) Para auxiliares de pesquisa nível I

- a) Uma foto 3 x 4 recente de frente colorida e scaneada;
- b) Cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, Título de Eleitor com comprovante de votação em 2020, Certificado de Reservista ou equivalente (para os candidatos do sexo masculino) e passaporte (exclusivo para candidatos estrangeiros);
- c) Comprovante por meio do extrato de pagamento (contracheque), emitido pela Seplag, contendo o código de validação (<https://www.seplag.ce.gov.br/menu-servicos/servidor-online/>) de que é professor efetivo ativo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc-CE);
- d) Cópia do diploma do curso de graduação (tecnólogo, bacharel ou licenciado). Também será aceito diploma de curso superior fornecido por instituição de outro país, desde que reconhecido e/ou revalidado por órgão competente no Brasil;
- e) Cópia do histórico escolar do curso de graduação plena (tecnólogo, bacharel ou licenciado), reconhecido pelo órgão competente;
- f) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a ser realizado mediante emissão de DAE (Documento de Arrecadação Estadual). O candidato deverá gerar o boleto para realizar o pagamento da inscrição na página da UECE. Para tanto, acesse (www.uece.br); na sessão "Serviços e Informativos", escolha a opção "Emissão de DAE"; no campo "Cidade", selecione Fortaleza; no campo "Serviço", selecione Chamada Pública Nº 12/2021 – REDE DE COOPERAÇÃO EM PESQUISA UECE/SEDUC; preencha o número do CPF do candidato e o nome completo. Em hipótese alguma, mesmo em caso de indeferimento de inscrição, a taxa será devolvida.

II) Para auxiliares de pesquisa nível II

- a) Uma foto 3 x 4 recente de frente, colorida e scaneada;
- b) Cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, Título de Eleitor com comprovante de votação em 2020, Certificado de Reservista ou equivalente (para os candidatos do sexo masculino) e passaporte (exclusivo para candidatos estrangeiros);
- c) Comprovante por meio do extrato de pagamento (contracheque), emitido pela Seplag, contendo o código de validação (<https://www.seplag.ce.gov.br/menu-servicos/servidor-online/>) de que é professor efetivo ativo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc-CE);
- d) Cópia do Diploma ou Certidão/Declaração dentro do prazo de validade e cópia do Histórico Escolar de Mestrado reconhecidos por instituição nacional com curso recomendado pela Capes. Os diplomas e históricos de candidatos de outro país devem ser reconhecidos e/ou revalidados por órgão competente no Brasil, conforme estabelece a Resolução nº 933/2013 – UECE/CONSU;
- e) Cópia do diploma do curso de graduação (tecnólogo, bacharel ou licenciado). Também será aceito diploma de curso superior fornecido por instituição de outro país, desde que reconhecido e/ou revalidado por órgão competente no Brasil;
- f) Cópia do histórico escolar do curso de graduação plena (tecnólogo, bacharel ou licenciado), reconhecido pelo órgão competente;
- g) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a ser realizado mediante emissão de DAE (Documento de Arrecadação Estadual). O candidato deverá gerar o boleto para realizar o pagamento da inscrição na página da UECE. Para tanto, acesse (www.uece.br); na sessão "Serviços e Informativos", escolha a opção "Emissão de DAE"; no campo "Cidade", selecione Fortaleza; no campo "Serviço", selecione Chamada Pública Nº 12/2021 – REDE DE COOPERAÇÃO EM PESQUISA UECE/SEDUC; preencha o número do CPF do candidato e o nome completo. Em hipótese alguma, mesmo em caso de indeferimento de inscrição, a taxa será devolvida.

4.4. Os(as) candidatos(as) selecionados(as) terão sua documentação conferida com os originais em momento posterior, conforme permissão dos órgãos sanitários.

4.5. Todo o processo seletivo terá sua divulgação na página da PROPGPq (www.uece.br/proppgq), conforme cronograma de eventos desta Chamada Pública (**Anexo 1**).

14/11

- 4.6. O candidato com inscrição indeferida poderá impetrar recurso junto programa de pós-graduação/projeto de pesquisa para o qual está se inscrevendo, conforme cronograma de eventos desta Chamada Pública (**Anexo 1**), não cabendo recursos adicionais, na esfera administrativa, em relação à decisão adotada no julgamento do recurso.

5. DO PROCESSO SELETIVO

- 5.1. A Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará nomeará uma Comissão Especial de Seleção, constituída pelos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação (PPG) envolvidos com as pesquisas indicadas no **Anexo 2**.

- 5.2. Cada Coordenador dos PPG organizará sua Comissão de Seleção dos Auxiliares de Pesquisa, contando com os pesquisadores coordenadores das respectivas pesquisas.

- 5.3. O processo seletivo dos auxiliares de pesquisa abrange 3 etapas:

5.3.1. Etapa 1 – Carta de intenção

- A carta de intenção é um gênero textual/discursivo em que o(a) candidato(a) expressa seus interesses para a vaga a qual está se inscrevendo. Ele deverá redigir um texto com 600 palavras, manifestando seu interesse em concorrer para a pesquisa que selecionou no ato da inscrição.
- A Carta de intenção é eliminatória e será atribuída nota na escala de zero (0,0) a dez (10,0) pontos.
- A nota mínima para aprovação nesta etapa é 7,0 (sete) pontos.
- A Carta de intenção será elaborada em dia e hora determinado no Cronograma de Eventos desta Chamada Pública (**Anexo 1**), no formato *on line*, e o candidato receberá, no email informado na Ficha de Inscrição, orientações para acesso ao ambiente virtual de aprendizagem no qual vai realizar a atividade.
- Na avaliação da Carta de intenção, serão atribuídas notas na escala de zero (0,0) a dez (10,0), de acordo com a pontuação indicada no quadro seguinte:

| Critérios | Pontuação Máxima |
|---|------------------|
| Uso da modalidade padrão da Língua Portuguesa | 1,0 |
| Capacidade de apresentar-se como um pesquisador | 3,0 |
| Capacidade de justificar seus interesses e motivações por um tema de pesquisa | 3,0 |
| Capacidade de relacionar um tema de pesquisa a sua experiência profissional | 3,0 |
| Total | 10,0 |

5.3.2. Etapa 2 – Entrevista

- Somente fará a entrevista o(a) candidato(a) aprovado na Etapa 1 – Carta de intenção.
- A entrevista tem caráter eliminatório e objetiva discutir com o candidato seu interesse pelo projeto de pesquisa para o qual se inscreveu, bem como experiência profissional e disponibilidade de tempo para a pesquisa.
- A entrevista será realizada de modo virtual com uso da ferramenta *Meet* do *Gsuite*.
- Cada Programa de Pós-graduação que possui pesquisas nesta Chamada Pública abrirá uma sala de entrevistas específica e o candidato será informado por *email* o dia e hora de seu acesso.
- Não será permitido que um candidato assista à entrevista de outro candidato e, caso tente acesso à sala virtual de entrevistas antes do seu horário, terá seu acesso vetado pelo gestor da sala.
- Na avaliação da entrevista, serão atribuídas notas na escala de zero (0,0) a dez (10,0), de acordo com a pontuação indicada no quadro seguinte:

| Critérios | Pontuação Máxima |
|--|------------------|
| Capacidade argumentativa e fluência na Língua Portuguesa | 1,0 |

HT

| | |
|--|-------------|
| Capacidade de articular experiência profissional com o projeto de pesquisa para o qual se candidatou | 4,0 |
| Motivação e interesse pelo tema da pesquisa | 3,0 |
| Perspectivas de atividades a serem realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa | 2,0 |
| Total | 10,0 |

g) A nota mínima para aprovação nesta etapa é 7,0 (sete) pontos.

5.3.3. Etapa 3 – Prova de Títulos

- a) Somente fará a Prova de Títulos o(a) candidato(a) aprovado na Etapa 2 – Entrevista.
- b) Na avaliação da Prova de Títulos, os candidatos devem encaminhar o CV Lattes acompanhado da documentação comprobatória, scaneada e convertida num único arquivo PDF legível, na sequência apresentada conforme indicado no **item c)**, a seguir, no dia indicado no **Anexo 1** desta Chamada Pública, para o endereço eletrônico a ser indicado posteriormente.
- c) Para a Prova de Títulos, será considerada a produção acadêmica do candidato, avaliada de acordo com a pontuação indicada no quadro seguinte:

| Título/Produção | Pontuação | Pontuação máxima |
|--|---------------------------|------------------|
| Diploma de Especialização | 0,6 ponto por certificado | 0,6 |
| Diploma de graduação, exceto aquele apresentado como requisito para inscrição | 0,5 ponto por diploma | 0,5 |
| Experiência de docência na Educação Básica | 0,2 ponto por ano | 1,6 |
| Livro integral publicado na área do Programa de Pós-graduação da pesquisa por editora com Conselho Editorial no período de 2016 a 2020 (de acordo com documento de área da CAPES em vigor) | 0,6 ponto por livro | 1,2 |
| Livro integral publicado na área do Programa de Pós-graduação da pesquisa por editora sem Conselho Editorial no período de 2016 a 2020 (de acordo com documento de área da CAPES em vigor) | 0,25 ponto por livro | 0,5 |
| Capítulo de livro na área do Programa de Pós-graduação da pesquisa ou afins publicado por editora com Conselho Editorial no período de 2016 a 2020 (de acordo com documento de área da CAPES em vigor) | 0,5 ponto por capítulo | 2,0 |
| Artigo publicado em periódico da área do Programa de Pós-graduação da pesquisa ou afins com Qualis CAPES no período de 2016 a 2020 (QUALIS A até B2) (de acordo com documento de área da CAPES em vigor) | 0,65 ponto por artigo | 2,6 |
| Trabalho completo, na área do Programa de Pós-graduação da pesquisa e afins, publicado em Anais de Congressos, Seminários e Simpósios no período de 2016 a 2020 | 0,2 ponto por trabalho | 1,0 |
| | Total | 10,0 |

d) A Prova de Títulos, destinada aos candidatos aprovados na Entrevista, tem caráter classificatório.

6. DA APROVAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. A nota final de cada candidato às vagas destinadas a este Processo Seletivo será resultante da média aritmética das notas obtidas em todas as etapas.

6.1.1. Em caso de empate na nota final, deverão ser observados os seguintes critérios de desempate, obedecendo à ordem a seguir:

- maior nota na Carta de intenção;
- maior nota na Entrevista;
- maior nota na Prova de Título.

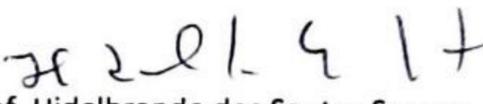
7. RESULTADO FINAL

- 7.1. O resultado final do processo seletivo será divulgado considerando os candidatos aprovados e classificados na ordem decrescente de classificação de cada programa/projeto de pesquisa, conforme cronograma de eventos desta Chamada Pública (**Anexo 1**).
- 7.2. Os candidatos selecionados nesta Chamada Pública serão beneficiários de formação qualificada em nível de pós-graduação *stricto sensu* nos respectivos programas de pós-graduação aos quais estão vinculados às pesquisas e os professores pesquisadores e se enquadrarão em todas as exigências estabelecidas pelos respectivos programas, cabendo-lhes cumprir integralmente o Regimento do mesmo.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. Todo recurso impetrado em qualquer uma das fases deste Processo Seletivo somente poderá ser realizado mediante modelo disponibilizado em link específico para esta finalidade (<https://limesurvey.uece.br/index.php/951695/lang-pt-BR>) e informado aos candidatos quando do lançamento desta Chamada Pública. O recurso só será analisado se todas as informações solicitadas nos campos do formulário eletrônico estiverem corretamente preenchidas.
- 8.2. No caso de vagas de auxiliares de pesquisa (nível I e/ou nível II) não preenchidas, elas serão automaticamente remanejadas para as próximas Chamadas Públicas a serem realizadas no escopo do mesmo Processo nº 10469296/2020, previstas para 2022 e 2023.
- 8.3. Os casos omissos desta Chamada Pública de seleção serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção, nomeada pela Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa.

Fortaleza (CE), 08 de março de 2021.


Prof. Hidelbrando dos Santos Soares
Reitor

Prof. Ms. Hidelbrando dos Santos Soares
Reitor da Universidade
Estadual do Ceará-UECE

ANEXO 1

CRONOGRAMA DE EVENTOS DA CHAMADA PÚBLICA

| Atividades | Data/Período |
|---|---------------------|
| 1. Período de Inscrição (somente pela internet) e data limite para pagamento da taxa de inscrição | 08 a 17/03/2021 |
| 2. Publicação do Resultado da análise dos requerimentos de inscrição, indicando os aptos a participar da Etapa 1 do Processo seletivo | 18/03/2021 |
| 3. Período para interposição de recurso administrativo referente a indeferimento do requerimento de inscrição (até às 17h00) | 19/03/2021 |
| 4. Publicação do Resultado do julgamento dos recursos contra o indeferimento da inscrição. | 22/03/2021 |
| 5. Realização da Etapa 1 Carta de Intenção | 25/03/2021 |
| 6. Divulgação do resultado da Etapa 1 – Carta de Intenção | 01/04/2021 |
| 7. Período para interposição de recurso administrativo questionando o resultado da Etapa 1 (até as 17h00) | 02/04/2021 |
| 8. Publicação do Resultado do julgamento dos recursos impetrados na Etapa 1 e divulgação da Relação com os nomes dos candidatos habilitados para a Entrevista | 05/04/2021 |
| 9. Realização de entrevistas | 07 e 08/04/2021 |
| 10. Divulgação dos aprovados na Entrevista | 09/04/2021 |
| 11. Período para interposição de recurso administrativo questionando a nota da Entrevista | 12/04/2021 |
| 12. Publicação do Resultado do julgamento dos recursos da Entrevista | 13/04/2021 |
| 13. Envio da documentação comprobatória para a Prova de Títulos | 14/04/2021 |
| 14. Publicação do Resultado da Prova de Títulos | 16/04/2021 |
| 15. Período para interposição de recurso administrativo questionando a nota da Prova de Títulos | 19/04/2021 |
| 16. Publicação do Resultado do julgamento dos recursos referentes à Nota da Prova de Títulos Publicação do Resultado Final do Processo Seletivo | 20/04/2021 |

ANEXO 2

EIXOS DE PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL E VAGAS PARA AUXILIARES DE PESQUISA

| EIXOS DE PESQUISA | Auxiliares de Pesquisa | |
|--|------------------------|-----------------|
| | Nível I | Nível II |
| 1. Políticas de tecnologias digitais na educação básica | | |
| 1.1. Análise e Extração de conhecimento em dados educacionais | | 1 |
| 1.2. Desenvolvimento de soluções em IoT, Redes e Sistemas Distribuídos para apoiar escolas | 1 | |
| 1.3. Abordagens de Inteligência Artificial para melhorar o ensino-aprendizagem | 1 | |
| 1.4. Desenvolvimento/Evolução de sistemas informatizados da/para a Seduc ou Escolas | | 1 |
| 1.5. Uso das TDIC na formação de docentes para o cuidado da saúde mental de juventudes | | 1 |
| 1.6. Tecnologias educativas promotoras do bem estar mental e físico de jovens escolares | | 1 |
| 1.7. Geotecnologias e inovações tecnológicas aplicadas ao ensino de Geografia | 1 | 2 |
| 2. Política e gestão educacional e escolar | Nível I | Nível II |
| 2.1. Autonomia, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência | 1 | |
| 2.2. Saberes sobre questão étnico-racial, gênero e sexualidades nas escolas públicas estaduais | 1 | |
| 2.3. Política educacional e gestão escolar com foco na qualidade da aprendizagem | 1 | |
| 3. Educação e saúde | Nível I | Nível II |
| 3.1. Prevenção de sobrepeso e obesidade em adolescentes escolares e o impacto na saúde mental. | | 1 |
| 3.2. Adolescentes e saúde mental nas escolas: protagonismo juvenil, cartografia e criação de estratégias de intervenção. | 1 | |
| 3.3. Situação de saúde e participação de adolescentes no cuidado de si e na promoção da saúde mental | | 1 |
| 4. Currículo, práticas pedagógicas e cidadania global | Nível I | Nível II |
| 4.1. Currículo, didática e metodologia de ensino na construção da autonomia escolar | 1 | |
| 4.2. Educação geográfica voltada aos povos e comunidades indígenas, quilombolas e do campo | | 1 |
| 4.3. Metodologias ativas e práticas inclusivas na educação geográfica | | 1 |
| 4.4. Formação Docente em Ética Filosófica | 1 | |
| 4.5. Formação Docente em Filosofia Social e Política | 1 | |
| 4.6. Educação Ambiental no Ensino de Química, Física e Biologia | 1 | |
| 4.7. Monitoramento de recursos naturais no Bioma Caatinga e educação em ciências ambientais | 1 | |
| 4.8. Letramento literário e formação de leitores | 1 | |
| 4.9. Abordagens do livro didático nas representações do negro e indígena, no combate ao racismo, no incentivo ao patrimônio cultural e às tecnologias digitais (QR CODE) | 1 | |

ANEXO 3

PROJETOS DE PESQUISAS E VINCULAÇÕES AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UECE

| PPG | PROJETOS DE PESQUISAS |
|---|---|
| Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação¹ (Fortaleza) | 1. Análise e Extração de conhecimento em dados educacionais |
| | 2. Desenvolvimento de recursos e soluções tecnológicas aplicadas à educação, redes e sistemas distribuídos para apoiar escolas |
| | 3. Abordagens de Inteligência Artificial para melhorar o ensino-aprendizagem |
| | 4. Desenvolvimento/Evolução de sistemas informatizados da/para a SEDUC ou Escolas |
| Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (Limoeiro do Norte) | 5. Política educacional e gestão escolar com foco na qualidade da aprendizagem |
| | 6. Currículo, didática e metodologia de ensino na construção da autonomia escolar |
| Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (Fortaleza) | 7. Autonomia, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência |
| | 8. Saberes sobre questão étnico-racial, gênero e sexualidade nas escolas públicas estaduais |
| Mestrado interdisciplinar em História e Letras (Quixadá) | 9. Letramento literário e formação de leitores |
| | 10. Abordagens do livro didático nas representações do negro e indígena, no combate ao racismo, no incentivo ao patrimônio cultural e às tecnologias digitais (QR CODE) |
| Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Cuidados Clínicos em Saúde (Fortaleza) | 11. Uso das TDIC na formação de docentes para o cuidado da saúde mental de juventudes |
| | 12. Prevenção de sobrepeso e obesidade em adolescentes escolares e o impacto na saúde mental |
| | 13. Adolescentes e saúde mental nas escolas: protagonismo juvenil, cartografia e criação de estratégias de intervenção |
| | 14. Situação de saúde e participação de adolescentes no cuidado de si e na promoção da saúde mental |
| | 15. Tecnologias educativas promotoras do bem estar mental e físico de jovens escolares |
| Programa de Pós-graduação em Geografia (Fortaleza) | 16. Educação geográfica voltada aos povos e comunidades indígenas, quilombolas e do campo |
| | 17. Geotecnologias e inovações tecnológicas aplicadas ao ensino de Geografia |
| | 18. Metodologias ativas e práticas inclusivas na educação geográfica |
| Programa de Pós-graduação em Filosofia (Fortaleza) | 19. Formação Docente em Ética Filosófica |
| | 20. Formação Docente em Filosofia Social e Política |
| Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais (Fortaleza) | 21. Educação Ambiental no ensino de química, física e biologia |
| | 22. Monitoramento de recursos naturais no Bioma Caatinga e Educação em Ciências Ambientais |

¹ Os(as) candidatas(as) que irão concorrer aos projetos de pesquisa vinculados ao **Programa de Pós-graduação em Ciências da Computação** devem ser graduados em um dos cursos a seguir: Ciência de Computação, Engenharia de Computação, Engenharia de Software, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Sistemas e Mídias Digitais, Sistemas de Informação, Informática, Redes de Computadores, Jogos Digitais, Licenciatura em Computação, Engenharias, Matemática, Física ou Administração.

ANEXO 4

DETALHAMENTO DAS PESQUISAS E PROJETOS POR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

1. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CUIDADOS CLÍNICOS EM ENFERMAGEM E SAÚDE (FORTALEZA- CE)**Projeto 1: Uso das TICs na formação de docentes para o cuidado de adolescentes e juventudes**

O cyberbullying como práticas das micro violências no contexto da convivência social nas escolas se mostra como problemática que reivindica diálogos educativos em saúde e enfermagem com as juventudes, como modos de cuidado específico de promoção à saúde individual e coletiva. A utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no processo educativo em saúde se constitui como abordagem inovadora, pois possibilita interações e mediações dinâmicas produzidas pelos sujeitos navegantes no ciberespaço da internet. Esse projeto busca construir e validar um vídeo educativo sobre cyberbullying como tecnologia educativa para promoção do webcuidado de saúde mental e coletiva com base nos discursos das juventudes escolares produzidos nas interações na webrádio.

O processo metodológico seguirá duas etapas: a) fase exploratória com ênfase nos programas da webrádio através dos discursos das juventudes escolares e b) um estudo metodológico que constituirá na construção e validação de uma Tecnologia Educacional (Vídeo Educativo). Os dados serão analisados em duas perspectivas: no primeiro momento, na fase exploratória da pesquisa, será realizada uma análise dos discursos das juventudes escolares sobre cyberbullying e, na segunda etapa da pesquisa, um estudo metodológico, no qual será construído o vídeo educativo que passará por validação. Portanto, esperamos, com essa tecnologia audiovisual, contribuir com a promoção da saúde mental e prevenção dessas microviolências entre as juventudes imersas no contexto escolar.

Objetivo Geral

- Construir e validar vídeo educativo com os discursos sobre cyberbullying das juventudes produzidos no canal online - webrádio - para promoção do webcuidado em saúde mental e coletiva nas escolas.

Objetivos Específicos

- Proporcionar experimentações com as Tecnologias Digitais no ciberespaço da Internet como modos de produção da saúde mental e coletiva das juventudes;
- Desenvolver dispositivos tecnológicos audiovisuais e de outros formatos digitais que possibilitem prática de promoção da saúde coletiva das juventudes;
- Validar tecnologias educativas digitais com enfoque na saúde mental e coletiva das juventudes no espaço escolar.

Projeto 2: Projeto Escola Saudável - prevenção de sobrepeso e obesidade em adolescentes escolares e o impacto na saúde mental

A prevalência de sobrepeso e obesidade tem aumentado mundialmente durante os últimos 30 anos. No Brasil, 15% da população infantil estava acima do peso no ano 2017 (ABESO, 2017). Estudos mostram que dois terços dos jovens obesos continuarão sendo obesos na idade adulta, sendo, portanto, prioritária a implementação de políticas públicas que possam diminuir o impacto da obesidade na qualidade de vida de crianças e adolescentes (ABESO, 2016). Os fatores de risco associados à obesidade que podem se desenvolver posteriormente (problemas circulatórios e cardiovasculares, arteriosclerose, dislipidemias, aumentos de diabetes e hipertensão arterial) teriam menor prevalência com a diminuição dos índices de obesidade na infância. Durante o ano de 2020, com a escola funcionando à distância e os adolescentes sempre dentro de suas residências por conta da pandemia Covid-19, o sobrepeso e obesidade tornou-se ainda mais relevante pela inatividade desses adolescentes no lar por longos meses que já dura a pandemia no Brasil, gerando repercussões em sua saúde mental, tanto pelo enclausuramento, quanto pelos quilos

acumulados durante esse período. A educação em saúde é uma forma de informar e educar esses adolescentes escolares para um estilo de vida saudável, elaborando estratégias que possam contribuir para a adesão a este estilo. A questão que surge nesse contexto é: Como diminuir a incidência ou mesmo prevenir o sobrepeso/obesidade nessa clientela escolar durante a pandemia? E logo após sua finalização, considerando os quilos acumulados durante o período pandêmico? Acreditamos que a resposta para esse questionamento está na educação em saúde, que requer alimentação saudável, exercício físico, relacionamento social adequado, ações de promoção da saúde mental e controle do estresse. Esses fatores são fundamentais para que nossos jovens possam crescer de maneira saudável e ativa, diminuindo suas repercussões no ano corrente e no vindouro.

Este projeto será realizado através de uma pesquisa-ação, que será desenvolvida por pós-graduandos stricto-sensu em duas escolas públicas. Serão desenvolvidas atividades em duas turmas em 2021, podendo ser ampliado. Para organização das atividades, o projeto está estruturado em cinco etapas. Na primeira etapa, será realizada uma visita à escola a fim de apresentar o projeto para gestão escolar por meio de uma reunião com a direção, para expor os objetivos do projeto e a justificativa do tema escolhido. Na segunda etapa, dividida em dois encontros teóricos, serão apresentados, aos professores das escolas, a finalidade da implementação do projeto e as estratégias a serem desenvolvidas em paralelo à utilização de um gibi. A terceira etapa será o contato inicial com os alunos para apresentação do projeto. Após esse momento, serão realizados encontros uma vez ao mês com caráter teórico/prático, a fim de apresentar o gibi e realizar atividade para melhor fixação de conteúdo dos temas abordados. Nessa etapa, também será iniciada a construção de um portfólio das atividades realizadas durante a intervenção. A quarta etapa constará da Realização da Derruba Medidas Desafio entre equipes de alunos, com atividades interdisciplinares. Nesta fase, os pais serão convidados para uma oficina de saúde, onde abordaremos vários temas relacionados à prevenção do sobrepeso/obesidade e promoção de saúde. Dentre as atividades inicialmente propostas, teremos uma gincana esportiva, atividades de competição diversas, concursos de redação, desenho, receita saudável. Nesta etapa realizaremos as atividades juntamente com a gestão escolar, professores e comunidade. A quinta etapa será a finalização do programa com a realização de uma confraternização e noite de autógrafos dos portfólios.

Objetivo Geral

- Desenvolver ações educativas apoiadas na literatura e em uma tecnologia em saúde (gibi) de auxílio na prevenção da obesidade em escolares.

Objetivos Específicos

- Promover educação em saúde nos escolares;
- Estimular adoção de ações preventivas contra o sobrepeso/obesidade/sofrimento mental;
- Programar ações educativas dialogadas com os adolescentes sobre alimentação saudável, exercício físico, saúde mental e práticas de saúde;
- Fomentar o diálogo que desencoraje o uso de álcool e outras drogas pelos adolescentes;
- Confeccionar um portfólio com os conteúdos desenvolvidos durante o projeto.

Projeto 3: Adolescentes e saúde mental nas escolas: protagonismo juvenil, cartografia e criação de estratégias de intervenção

Partimos de diversas pesquisas e teorias que compreendem o adolescente como capaz de exercer um papel político, de participação fundamental na produção de conhecimento, especialmente, sobre temas e vivências que lhe dizem respeito. Desse modo, a metodologia dessa pesquisa será qualitativa, se pautará no método cartográfico e na participação desses jovens junto aos pesquisadores para mapeamento das principais queixas e sintomas de sofrimento emocional, manifestos por adolescentes nessas escolas.

A partir daí, serão produzidas estratégias de atenção e cuidado no ambiente escolar que façam sentido para os adolescentes, articulando-as à rede de proteção, bem como às políticas públicas de saúde. Essa investigação participativa implicará que, em cada escola envolvida, sejam realizados os seguintes momentos: 1) rodas de conversa

com os adolescentes para sondagem, reconhecimento e mapeamento no que se refere às queixas sobre saúde mental entre eles; 2) oficinas de construção de estratégias e recomendações por parte dos próprios adolescentes com a mediação dos pesquisadores.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa-ação na busca por desenvolver conhecimentos e produtos (livro com relatos de experiência e recomendações, artigos científicos, materiais ou experiências artísticas) que possam afetar de forma positiva a qualidade da rede de atendimento e fortalecer/criar práticas de cuidado entre os próprios adolescentes dentro do espaço escolar.

Objetivo Geral

- Realizar uma pesquisa participativa, no campo da saúde mental e do protagonismo juvenil, com adolescentes do Ensino Médio de algumas escolas públicas de Fortaleza.

Objetivos Específicos

- Realizar rodas de conversa com grupos de adolescentes, participantes da pesquisa, para discussão sobre suas representações acerca de saúde mental;
- Mapear, com esses adolescentes, as principais queixas e sintomas de sofrimento emocional, manifestos pelos alunos em algumas escolas estaduais;
- Construir, a partir da participação desses adolescentes, recomendações de atenção e cuidado no espaço escolar;
- Promover a competência de autoria desses adolescentes, através da produção de um livro com relatos dessa experiência, mediante narrativas escritas por eles, mas também pelos pesquisadores.

Projeto 4: Situação de saúde e participação de adolescentes no cuidado de si e na promoção da saúde mental

A escola é considerada um espaço que propicia além de aprendizagem e escolarização formal, vivências e gestão da vida experimentadas na convivência de crianças e adolescentes com os pares e seus educadores. Esta convivência é salutar e favorece, alegria, socialização, benefícios ao desenvolvimento físico e mental. Educadores afirmam que, neste ambiente, mudanças poderão ser observadas na constituição da prole nos segmentos jovens, influenciando também os estilos de vida, hábitos de lazer e de consumo (SPOSITO, SOUZA, SILVA, 2018).

Neste contexto de vida, ante às adversidades socioeconômicas e ambientais gerando vulnerabilidades e riscos às famílias, destarte adolescentes e jovens estão, cada vez mais, expostos aos agravos físicos e mentais. É sabido que o baixo nível educacional continua sendo o principal fator de risco para o futuro dos jovens e parece que as políticas de saúde e educação de caráter universal têm sido insuficientes em sua gestão para promover equidade de acesso e permanência na escola, com repercussões nas condições de vida e nas vulnerabilidades sociais (SPOSITO, SOUZA, SILVA, 2018).

Desse modo, é salutar conhecer parte dessa realidade dos adolescentes e jovens e desenvolver pesquisas participativas e de intervenções na interface saúde e educação. Acredita-se que o desenvolvimento de investigações integradas tem o potencial de envolver os jovens em projetos de vida e reduzir agravos, essencialmente, na promoção da saúde mental.

Objetivo Geral

- Avaliar a situação de saúde de adolescentes/jovens e o desenvolvimento de tecnologias de apoio à prevenção de agravos e à promoção da saúde mental.

Objetivos Específicos

- Desenvolver previamente integração entre as equipes de saúde e a escola com propostas de identificar a situação de saúde e ações de prevenção de agravos físicos e da saúde mental de adolescentes /jovens;

- Desenvolver pesquisas de intervenção com a participação de alunos e professores destacando-se os componentes estressores e estratégias para promoção da saúde mental;
- Desenvolver tecnologias de apoio à educação em saúde envolvendo o cuidado de si e a promoção da saúde dos jovens adolescentes.

Projeto 5: Tecnologias educativas promotoras do bem estar mental e físico de jovens escolares

Projeto de pesquisa voltado à atenção ao jovem escolar e suas especificidades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, cujo itinerário empreendido influencia diretamente em diferentes aspectos da saúde física e mental. Ao considerarmos o aspecto intersetorial do projeto aqui proposto, justifica-se a articulação entre saúde e educação com vistas à promoção da saúde, condição precípua para efetiva aprendizagem.

A equipe de pesquisa será constituída por professores do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde em associação com docentes do ensino médio público no Estado do Ceará, envolvidos em diferentes disciplinas. A formação *stricto sensu* desses docentes assegurará a qualidade do processo ensino-aprendizagem, reverberando em ações e políticas de saúde mental e física do jovem discente. Período de transição para a vida adulta, a adolescência é caracterizada por inúmeras alterações físicas, psicológicas e sociais favorecedoras de comportamentos de riscos à saúde.

Tal proposição corrobora o estímulo de práticas comportamentais saudáveis a serem desenvolvidas, principalmente, no espaço da escola. Deve-se considerar as características deste grupo e o contexto social dos adolescentes ao planejar atividades socioeducativas. A educação, por meio do diálogo, é essencial na adoção de hábitos saudáveis que reverberam não somente na saúde física, assim como na saúde mental. A utilização de tecnologias educativas sinaliza importante avanço no espaço de sala de aula, além de favorecer a aquisição de conhecimentos e habilidades que instrumentalizam o público adolescente na prevenção de agravos à saúde. Outrossim, o bem estar físico e mental deverá ser buscado com o propósito de favorecer um ambiente de ensinagem, assim como de aprendizagem, propício aos professores e alunos.

A qualificação de profissionais que atuam diretamente junto ao público adolescente mostra-se como estratégia adequada em favor do bem estar físico e mental deste. Por meio de pesquisas e produção do conhecimento, a realidade compartilhada pelos atores sociais será explorada e, como resposta aos problemas identificados, serão propostas soluções embasadas em pesquisas científicas de excelência.

Objetivo Geral

- Formar o profissional docente para construção e validação de tecnologias educativas sensíveis ao bem estar mental e físico do jovem escolar.

Objetivos Específicos

- Desenvolver estudos exploratórios e diagnósticos sobre a saúde física e mental dos adolescentes do ensino médio da rede estadual de educação;
- Construir e validar tecnologias educativas promotoras de bem estar físico e mental;
- Compreender as dinâmicas relacionais entre professor-aluno e sua influência na saúde mental dos adolescentes.

2. MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA (FORTALEZA- CE)

Projeto 1: Formação Docente em Ética Filosófica

A docência em Filosofia, assim como nas demais áreas, deve buscar um constante aperfeiçoamento e atualização. Talvez mais do que em outras áreas, o aperfeiçoamento e a atualização na área de Filosofia não podem prescindir dos textos básicos – tanto as obras dos filósofos como as obras dos comentaristas dos filósofos. A tradução pode ser definida como um processo de interpretação do significado de um texto em uma língua (o texto fonte) e a produção de um novo texto em outra língua com sentido equivalente.

No caso específico da Filosofia, o processo de tradução torna-se mais complexo do que outras traduções, como a de um texto de ficção, por exemplo, porque em Filosofia estamos lidando com conceitos cujo

entendimento ou interpretação encontram-se já estabelecidos na tradição de estudos dos autores envolvidos, sem muita margem à variação ou à sinonímia.

Neste sentido, este projeto constitui instrumento valioso para o desenvolvimento da docência em Filosofia, uma vez que o estudo e a disponibilização dos textos básicos de Filosofia em língua portuguesa em muito potencializará a docência em Filosofia em nosso estado.

Objetivo Geral:

- Refletir sobre os limites e as possibilidades que se apresentam na docência em Filosofia, em particular, no ensino médio.

Objetivos Específicos:

- Conhecer os paradigmas conceituais e as reflexões teóricas que marcam o campo das pesquisas sobre a docência em Filosofia
- Analisar e contextualizar os documentos e marcos legais nas esferas nacional e estadual
- Refletir sobre os desafios e as possibilidades no ensino de Filosofia no nível médio
- Discutir sobre a produção de conteúdo na área de Filosofia para o material didático do Ensino Médio.
- Produzir conteúdo e publicações na área de Filosofia como material didático do Ensino Médio.

Projeto 2: Formação Docente em Filosofia Social e Política

A esse projeto alinham-se dois dos laboratórios vinculados ao Curso de Mestrado Acadêmico em Filosofia-UECE: o LAPOVILI - Laboratório de Estudos sobre Poder, Violência e Linguagem; e o LEDH - Laboratório de Ética e Direitos Humanos. No que diz respeito ao primeiro, tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas interdisciplinares sobre violência e linguagem, com vistas à formulação de políticas públicas.

Entre outras possibilidades, os estudos organizados pelo LAPOVILI visam ensejar o aprimoramento da formação profissional de estudantes, orientar a intervenção pública no trato das questões sociais que envolvam violência ou linguagem e promover a ampliação do horizonte dos conhecimentos e reflexões sobre os problemas sociais que envolvam questões de violência e/ou questões de linguagem.

Já o segundo, o Laboratório de Ética e Direitos Humanos, está embasado na compreensão de que, nas sociedades modernas, são exigidas das relações políticas e jurídicas, uma constante maturação e capacitação para lidar com problemas éticos novos e complexos, haja vista as implicações e desafios ético-políticos e jurídicos da engenharia genética, da biotecnologia, das fusões e incorporações de conglomerados econômicos, da reestruturação do Estado nacional e do papel das nações no cenário mundial, da formação de blocos econômicos, políticos e sociais de nações, do surgimento do trabalho virtual, das organizações não governamentais e supra nacionais, etc.

Assim, faz-se necessária uma concepção universal de valores que orientem a convivência dos povos e das nações em escala planetária. Isso tem como implicação que há a necessidade urgente da cooperação solidária dos indivíduos, das culturas e nações na fundamentação de direitos intersubjetivos, principalmente dos direitos humanos, que sirvam de parâmetro mínimo para as relações entre indivíduos, culturas e nações de modo a evitar não só a arbitrariedade do poder estatal sobre os indivíduos humanos (e as minorias), mas, também, ao mesmo tempo, evitar uma iminente destruição da própria coletividade humana.

Objetivo Geral:

- Refletir sobre a formação docente a partir de um enfoque sócio-político, examinando seu modo de inserção nas relações de poder contemporâneas e discutindo as múltiplas relações que ela estabelece com a educação, o poder, as ciências, a violência, a linguagem e, em especial, os direitos humanos.

Objetivos Específicos:

- Fomentar ações educativas visando ao ensino e prática dos direitos humanos;
- Estudar as principais abordagens teóricas e históricas dos problemas do poder, da violência e sua relação com o problema da linguagem;
- Compreender o processo histórico que levou à formação dos direitos humanos na modernidade e à sua positivação na contemporaneidade, discutindo suas implicações filosóficas;
- Discutir os reflexos e as consequências do ensino de direitos humanos dentro do processo educacional;
- Analisar, na esfera educacional, as relações entre os direitos humanos, a desigualdade socioeconômica e a diversidade cultural e de gênero;
- Desenvolver pesquisas interdisciplinares sobre as relações entre poder, violência e linguagem.

3. MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HISTÓRIA E LETRAS (QUIXADÁ – CE)

Projeto 1 - Letramento literário e formação de leitores

O ensino da literatura, na contemporaneidade, tem como premissa o desenvolvimento do letramento literário na escola, envolvendo conhecimentos em torno do texto literário e suas funções estética e social, bem como saberes relativos às práticas de leitura fundamentadas em abordagens interativa e crítica do discurso que propiciem o protagonismo das leitoras e leitores na sua formação escolar e na sociedade.

Esta perspectiva de letramento se desenvolve na confluência de outros letramentos, associados a outras linguagens e saberes diversos: a música, o teatro, o cinema, a pintura, a história, a sociologia, a filosofia etc, podendo propiciar uma formação multicultural e interdisciplinar às alunas e aos alunos através da leitura do texto literário e seus desdobramentos.

Para a promoção desse ideal de letramento, faz-se necessário um posicionamento crítico da professora e do professor em relação à escolarização inadequada da literatura, que, no geral, não tem contribuído satisfatoriamente para a formação de leitores, utilizando, muitas vezes, fragmentos de textos literários como pretexto para o ensino de gramática, entre outros aspectos. Nesse sentido, o ensino-aprendizagem é realizado, muitas vezes, através de atividades propostas pelo livro didático de Português, que praticamente não abre espaços para a interlocução das leitoras e leitores com o texto literário e pouco propiciam um diálogo entre os discentes.

Objetivo geral

- Investigar o letramento literário do ponto de vista teórico-prático e a promoção da leitura literária na Educação básica, numa dupla perspectiva: a preparação de professores enquanto mediadores da leitura literária e a proficiência leitora de alunas e alunos das escolas públicas de Ensino fundamental e médio.

Objetivos específicos

- Estudar a categoria do letramento literário em suas diversas articulações com outras linguagens e saberes, e com a formação de leitores autônomos e críticos;
- Investigar a escolarização da literatura através do livro didático de Língua Portuguesa;
- Averiguar como se dão as práticas de leitura literária promovidas pelas professoras e professores na educação básica;
- Propor metodologias colaborativas para a promoção de práticas de leitura literária;
- Elaborar sequências didáticas de leitura literária para a educação básica.

Projeto 2: Usos e abordagens do livro didático - práticas docentes, representações do negro e indígena, combate ao racismo, incentivo ao patrimônio cultural e tecnologias digitais (QR CODE).

Entendendo o livro didático como um dos instrumentos pedagógicos mais utilizados pelos professores em sala de aula, buscamos, com este subprojeto, desenvolver estudos que o foquem como objeto e fonte de pesquisa, haja vista o livro didático, hoje, se encontrar inserido no contexto de uma política pública necessária, qual seja, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), fruto de uma conquista social.

Assim, pela importância e forte presença na educação básica brasileira, faz-se necessário o aprofundamento de estudos que possam nos levar à compreensão dessa ferramenta, visto que, a partir do contexto em que são produzidos, os livros didáticos sofrem interferências de diferentes ordens, sejam de cunho político, econômico, social ou cultural, como as competências e habilidades ressaltadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Interessa-nos o entendimento de como o livro didático de História e/ou da área de Ciências Humanas é apropriado por professores e alunos no processo ensino-aprendizagem, além de analisar temáticas que são prementes à sociedade brasileira, na consecução de um ensino pautado no multiculturalismo e na perspectiva decolonial. Para tanto, elegemos as temáticas concernentes às questões indígenas, afro-brasileiras e ao Patrimônio Cultural, bem como às tecnologias digitais (QR Code).

Objetivo Geral:

- Problematizar o livro didático como objeto de pesquisa, tendo como foco analisar as temáticas indígenas, afro-brasileira e ao Patrimônio Cultural, bem como às tecnologias digitais (QR Code), compreendo o livro didático como uma política pública necessária, fruto de uma conquista social e uma ferramenta pedagógica fundamental no processo de ensino-aprendizagem crítico, criativo e que forme um sujeito histórico comprometido com a sociedade e com sua cultura.

Objetivos Específicos

- Identificar as representações do negro e da negra, e dos povos indígenas nos livros didáticos, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Analisar como o patrimônio é abordado nos livros didáticos de História da Educação Básica, com foco na interdisciplinaridade e numa perspectiva decolonial;
- Refletir sobre as abordagens e os usos do Livro Didático, pelos professores da educação básica;
- Compreender a inserção das tecnologias digitais, como o QR Code, nos livros didáticos, bem como suas contribuições para favorecer a aprendizagem.

4. MESTRADO ACADÊMICO INTERCAMPI EM EDUCAÇÃO E ENSINO (LIMOEIRO DO NORTE – CE)

Projeto 1: Política educacional e gestão escolar com foco na qualidade da aprendizagem

As políticas educacionais no Brasil mudam a sua centralidade no final do século XX, com forte redefinição do papel do Estado. Na década anterior, em 1980, o foco das políticas educacionais era a universalização do acesso e a gestão democrática e formação do cidadão. Desde o ano de 1990, a política educacional brasileira implanta um processo de reformismo muito atrelado às determinações dos organismos internacionais, sobretudo, o Banco Mundial. Esse reformismo culmina com um conjunto de procedimentos, como a LDB, os Parâmetros Curriculares, o Plano Nacional de Educação e o financiamento da educação que representa, portanto, o alinhamento ao direcionamento externo.

Assim sendo, as políticas educacionais passam a enfatizar a qualidade, entendida como produtividade, deslocando o eixo de aprendizagem para eficiência e eficácia via controle de qualidade, descentralização de responsabilidades e terceirização de serviços. As políticas educacionais são implementadas de forma fragmentada e gerencial, retirando a responsabilidade do Estado com a educação pública, gratuita e de qualidade, atendendo, sobremaneira, aos interesses neoliberais, sob a recomendação dos organismos internacionais.

O *modus operandi* das reformas educacionais implantadas na década de 1990, especialmente na América Latina e Brasil, se configurou, a princípio, como estratégias ditas inovadoras de financiamento e gestão para depois se materializarem como reformas curriculares. Outro aspecto basilar é a tese da consistência das políticas educacionais, apreendida no âmbito das suas diretrizes mais amplas, em que se busca articular a organização interna do poder público e as suas relações externas com a sociedade. Outrossim, vale destacar, de acordo com Maia Filho, Mendes Segundo, Rabelo e Jimenez (2019) que a organização interna pode ser garantida pelo modelo de gestão diante da complexa homogeneidade dos diferentes agentes que compõem o atual sistema educacional brasileiro (escolas

públicas federais, estaduais e municipais, escolas privadas, escolas confessionais, entre outras), sob a concessão do Estado à atuação do mercado na educação.

Frente a este quadro de veiculação de políticas que retiram dos sujeitos escolares o protagonismo, emerge resistências e outras formas de conceber as políticas educacionais e a gestão, esta última apresentando-se de forma que a comunidade efetivamente seja partícipe dos processos e não mera executora de políticas e modelos de gestão. A gestão democrática e compartilhada aparece como paradigma para fazer frente a uma lógica neoliberal pautada na racionalização e redução de recursos e no controle dos processos educativos vivenciados nas escolas e em salas de aula.

A contradição torna-se categoria especial, neste processo, visto que a sociedade civil é um campo para emergir práticas de resistência que efetivamente considerem discentes, docentes e pais como sujeitos imprescindíveis ao projeto político pedagógico da escola. Como contraponto às teses de legitimação das políticas educacionais que centram na gestão escolar como aspecto técnico fundamental para a promoção do sucesso escolar, a gestão democrática e compartilhada evidencia os limites dos fundamentos da tese empresarial aplicadas à educação brasileira. As pesquisas abrangem as concepções e ações que incidem na gestão educacional e escolar, envolvendo sistemas e unidades educacionais da escola, para que suas finalidades possam ser atingidas por meio da efetivação da aprendizagem.

Objetivo geral

- Investigar questões relacionadas às políticas educacionais articuladas à gestão escolar e suas implicações na qualidade da aprendizagem.

Objetivos específicos

- Examinar criticamente o papel do Estado na elaboração, veiculação e execução de políticas educacionais relacionadas à educação básica;
- Analisar as três teses reformistas implantadas no Brasil nos marcos do liberalismo técnico-burocrático do capitalismo em crise;
- Investigar os fundamentos acerca das categorias política educacional, gestão escolar, qualidade e aprendizagem;
- Mapear as políticas públicas educacionais do Brasil e no Estado do Ceará;
- Identificar e analisar os modelos de gestão vivenciados nas escolas do Estado;
- Contribuir por meio de estudo de referenciais teóricos e metodológicos aos profissionais da educação, para compreender, organizar e ampliar estratégias de gestão e aperfeiçoar sua participação, individual e coletiva, em espaços educativos.

Projeto 2: Currículo, didática e metodologia de ensino na construção da autonomia escolar

A investigação nos campos do currículo, didática, metodologia de ensino e da autonomia escolar traz contradições, aproximações, demarcações conceituais e práticas. Traz discussões sobre as concepções curriculares, desmistificando a ideia de currículo como grade de conteúdos, dando um enfoque na dimensão social, política e cultural. Currículo como identidade cultural, espaço de debate e, ao mesmo tempo, de poder. O papel do currículo na escola apresenta-se de forma crítica e criativa à medida que há um envolvimento dos sujeitos no processo ensino-aprendizagem. Suas vozes são contempladas, buscando problematizar o conhecimento do cotidiano, suas experiências, suas histórias e memórias. A didática articulada ao currículo sai do viés da técnica, ou seja, da “Didática Instrumental” para uma Didática Fundamental, dialógica, mobilizando, assim, a dimensão política e técnica da ação de aprender e ensinar. Ainda se faz presente a ideia do senso comum de que didática se refere ao método de ensinar ou as formas específicas de “dar aulas”. Extrapolando esta visão, sua base epistemológica vem fortalecer a importância da mobilização dos saberes do conhecimento, da experiência e dos saberes pedagógicos.

A didática e as metodologias de ensino são temáticas desafiadoras à práxis docente e revelam a complexidade das questões do trabalho pedagógico na profissão docente. A dinâmica do conteúdo e forma provoca a reflexão da sua possível dicotomia materializada no contexto do currículo em ação na escola. O docente se encontra provocado a

repensar o conhecimento escolar valorizando a relação da forma e conteúdo e dos elementos que envolvem a aprendizagem dos estudantes, tais como planejamento, avaliação, relação professor e aluno, gestão da sala de aula, organização do currículo, recursos didáticos e interdisciplinaridade.

A autonomia escolar não é algo estático, dado ou delegado por alguém ou por alguma instituição. Ela é construída coletivamente, em projeto pedagógico agregado à "igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério" (VEIGA, 1991, p. 82). Nesse sentido, atenta-se para os limites da autonomia escolar, quando, por exemplo, os docentes estão subordinados a variadas formas de controle burocrático e administrativo. Dentre as formas de controle, se destacam as mediações, resultando na intervenção da instituição nas relações com os sujeitos. Na lógica do controle, o trabalho em educação manifesta-se como técnicas de ensino de planejamento por objetivos e instruções. Estas formas estereotipadas de diagnóstico e avaliação são modelos das empresas, geralmente, adotados pelas organizações como técnicas de administração com divisão de funções de gestão e docência (LACERDA, 2018).

Os aspectos que privilegiam a profissão docente, bem como a articulação currículo, didática e metodologias de ensino com suas dimensões técnicas, humanas, éticas e políticas, são considerados elementos fundamentais para a construção da autonomia na escola. Assim, compreendemos a importância de pesquisas acerca da questão ora apresentada neste subprojeto.

Objetivo geral

- Investigar as implicações do currículo, didática e metodologia de ensino na construção da autonomia Escolar no Estado do Ceará.

Objetivos específicos

2.

- Verificar as concepções de currículo nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas;
- Diagnosticar o currículo vivenciado nas escolas e a relação com a construção da autonomia docente e discente;
- Mapear os fundamentos teóricos e práticos da didática e metodologias de ensino no contexto escolar;
- Analisar as experiências pedagógicas exitosas, comparando-as com os elementos facilitadores e desafiadores do processo ensino aprendizagem;
- Contribuir para elaboração de metodologias de ensino que estimulem a criatividade, a criticidade, a reflexão e construção da autonomia.

5. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (FORTALEZA-CE)

Projeto 1: Análise e Extração de conhecimento em dados educacionais

A análise de dados educacionais tem sido uma ferramenta útil para definir e acompanhar políticas públicas na área da educação. A partir da modelagem computacional, é possível realizar a integração do planejamento com as métricas de avaliação e a consequente correção das ações no ciclo seguinte.

A análise de dados educacional considera dados demográficos, geográficos e dados provenientes das avaliações regulares para avaliar a eficácia das políticas públicas e recomendar (ou validar) ações e medidas de ajuste.

Objetivo geral:

- Investigar e aplicar metodologias para análise de dados na área educacional.

Objetivos específicos:

- Investigar metodologias para análise de dados educacionais apropriadas para o cenário do Estado do Ceará;
- Propor uma metodologia para análise de dados educacionais adequadas às condições presentes;
- Desenvolver um sistema protótipo para análise de dados educacionais do Estado do Ceará;

- Validar o sistema desenvolvido usando dados reais.

Projeto 2: Desenvolvimento de soluções em IoT, Redes e Sistemas Distribuídos para apoiar escolas

Internet das Coisas (IoT) tem sido aplicada no contexto educacional para facilitar as atividades corriqueiras do aprendizado, prover dados para uma análise mais complexa do ensino, proporcionar uma base tecnológica para segurança escolar, reduzir o consumo de energia dos ambientes escolares, dentre outros.

Objetivo geral:

- Desenvolver soluções baseadas em IoT para dar suporte a sistemas para ambientes educacionais e coletar dados para análise.

Objetivos específicos:

- Investigar soluções para melhorar os ambientes educacionais do Estado do Ceará;
- Implantar sistemas IoT para prover segurança aos alunos em ambientes educacionais;
- Desenvolver soluções para tornar os ambientes educacionais sustentáveis;
- Avaliar as soluções desenvolvidas por meio de experimentos.

Projeto 3: Abordagens de IA para melhorar o ensino e aprendizagem, gestão escolar e minimizar evasão

Inteligência Artificial (IA) é uma área que está em crescente utilização e aplicação em diversos domínios. Em Educação, IA tem sido utilizada para diversos fins, como gestão de processos, melhoria do ensino e aprendizagem e redução de evasão escolar.

Objetivo geral:

- Desenvolver soluções inovadoras baseadas em IA para melhoria do ensino e aprendizagem, aprimoramento de processos e redução de evasão escolar.

Objetivos específicos:

- Investigar o estado da arte do uso de IA na educação;
- Propor e especificar uma nova ferramenta baseada em IA que avance algum aspecto na educação;
- Desenvolver a ferramenta proposta;
- Avaliar a ferramenta por meio de experimentos e casos de uso.

Projeto 4: Desenvolvimento, evolução e integração de sistemas computacionais para apoiar transformação digital de escolas

A pandemia do novo coronavírus mostrou que as escolas precisam, cada vez mais, contar com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para fornecer meios de tornar aulas mais dinâmicas e atrativas, de modo que o aluno possa reforçar o conteúdo visto em aula ou mesmo ter a possibilidade de assistir aulas remotas.

Apesar de softwares educativos já serem uma realidade, muitas escolas ainda precisam passar pelo processo de transformação digital, que aborda desenvolvimento, evolução e integração de TICs para promover uma nova forma de ensino e aprendizagem, além do uso de tecnologias modernas como realidade aumentada, aprendizado de máquina e big data.

Objetivo geral:

- Desenvolver novas tecnologias computacionais para promover a transformação digital de escolas.

Objetivos específicos:

- Identificar as principais lacunas no uso de TICs por escolas;
- Investigar como as escolas têm realizado transformação digital;
- Desenvolver uma nova tecnologia (produto, processo, metodologia ou técnica) que promova a transformação digital de escolas;
- Avaliar a tecnologia proposta por meio de experimentos e avaliações empíricas.

6. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (FORTALEZA- CE)

Projeto 1: Educação geográfica voltada aos povos e comunidades indígenas, quilombolas e do campo

Esse projeto contribuirá por meio de teorias e práticas metodológicas de ensino para uma educação contextualizada nos territórios dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas e do campo, de maneira a contribuir com uma melhor compreensão do modo de vida, história, formas de economia e cultura, identidades, organização social, territorialidades, conhecimento e saber popular desses sujeitos.

Nesse sentido, contribuirá para a qualificação dos professores da Educação Básica diante do Art. 26-A da Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, a qual torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Também estará em concordância com o decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Os povos e comunidades tradicionais demandam formas e estruturas de ensino que sejam condizentes com a realidade que seus sujeitos vivenciam nos múltiplos territórios do campo. A educação contextualizada para povos e comunidades tradicionais é, portanto, a alternativa para aproximar escola e comunidade, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) defende que os professores utilizem elementos da contextualização e da realidade local em suas práticas de ensino.

Objetivo geral:

- Contribuir, através de teorias e práticas metodológicas de ensino, para uma educação contextualizada nos territórios dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas e do campo, de maneira a subsidiar uma melhor compreensão do modo de vida, história, formas de economia e cultura, identidades, organização social, territorialidades, conhecimento e saber popular desses sujeitos.

Objetivos específicos:

- Avaliar as experiências de educação geográfica em comunidades indígenas quilombolas e do campo através de experiências no Ceará e em outros estados da federação.;
- Analisar os conteúdos tradicionais e de Geografia ministrados nas escolas indígenas, quilombolas e do campo em recortes espaciais previamente escolhidos;
- Analisar quais conteúdos podem ser inseridos na grade curricular e quais as principais estratégias didáticas, visando a realidade local, podem ser desenvolvidas no âmbito do ensino de Geografia;
- Analisar os aspectos socioambientais e culturais das comunidades indígenas, quilombolas e do campo previamente selecionadas para compreender as relações entre a sociedade e a natureza nesse contexto;

- Identificar metodologias ativas de ensino de Geografia presentes nas escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Projeto 2: Geotecnologias e inovações tecnológicas aplicadas ao ensino de geografia

Esse projeto visa aplicar e analisar técnicas de SIG e Geoprocessamento como estratégias de ensino de Geografia, além do uso das tecnologias de informação e comunicação, tais como plataformas stream, softwares, hardwares etc. Com a revolução técnica científica e informacional, todas as possibilidades que a internet gerou através da maior fluidez da informação levanta a questão de como o ensino de Geografia pode se apropriar desses aspectos. Nessa linha, a proposta não é negar as formas tradicionais de construir a relação ensino-aprendizagem, mas propor, através das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), novas formas de pautar essa relação, utilizando-as na construção do saber geográfico de forma mais relacional e dinâmica.

Objetivo geral:

- Aplicar e analisar técnicas de SIG e Geoprocessamento como estratégias de ensino de Geografia, além do uso das tecnologias de informação e comunicação, tais como plataformas stream, softwares, hardwares etc.

Objetivos específicos:

- Avaliar as experiências de uso de tecnologias digitais na rede estadual de ensino do Ceará, com ênfase ao ensino de Geografia, sob a perspectiva de estudantes, professores e gestores;
- Avaliar a infraestrutura das escolas da rede estadual de ensino com relação à disponibilidade de inserção de práticas de uso de geotecnologias no ensino de Geografia;
- Analisar o efeito do uso de geotecnologias no desempenho dos estudantes no ensino de Geografia;
- Analisar o efeito do uso de geotecnologias digitais na formação e na prática de professores;
- Desenvolver soluções tecnológicas baseadas em analítica da aprendizagem que permitam melhorar as ferramentas didáticas no ensino de Geografia a partir do uso de geotecnologias.

Projeto 3: Metodologias ativas e práticas inclusivas na educação geográfica

Esse projeto consiste na construção de saberes diante do processo de aprendizado a partir das múltiplas linguagens de ensino voltadas para a educação geográfica na educação inclusiva. Conforme o Art. 205 da Constituição, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Todavia, a presente norma esbarra em um dos grandes desafios da educação básica brasileira, que reside na dificuldade de se desenvolver estratégias inclusivas de ensino. A Constituição Cidadã de 1988 garante o direito à educação de indivíduos sociais marginalizados, como os portadores de deficiência. Diante da Constituição de 1988, uma expressiva gama de resoluções e outros marcos legais surgem na tentativa de garantir que os direitos de tais cidadãos sejam assegurados.

A Convenção sobre os Direitos de Pessoas com deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) garante a matrícula de pessoas com deficiência em escolas comuns, sendo exigido que as escolas possuam, em suas propostas pedagógicas, a Educação Especial. Compreende-se por Educação Especial o ensino que tem como público-alvo pessoas com deficiência, sendo estas de naturezas diversas, dentre transtornos globais do desenvolvimento, deficiência motora, auditiva e visual. A inclusão para essas pessoas em espaços educacionais denominados “normais” perpassa todas as modalidades de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Dentre as áreas do conhecimento em que se constata grandes problemas no que diz respeito a estratégias inclusivas de ensino, destacam-se as ciências na natureza, tendo em vista a necessidade de trabalhos de campo com experimentos práticos na tentativa de garantir um bom aprendizado dos alunos. Nessa perspectiva, destaca-se a Geografia que abrange inúmeras temáticas nas suas discussões, tendo em vista a grande complexidade inerente ao seu objeto de estudo. Tal fato proporciona ao docente e discentes um universo de oportunidades para trazer, ao espaço de sala de aula, diferentes formas de aprendizado.

Face ao exposto, o presente subprojeto visa ao desenvolvimento de estratégias de ensino inclusivo de Geografia nas escolas da rede estadual de ensino a partir do uso de ferramentas didáticas que permitam um bom aprendizado para os discentes.

Objetivo geral:

- Desenvolver estratégias de ensino inclusivo de Geografia nas escolas da rede estadual de ensino a partir do uso de ferramentas didáticas que permitam um bom aprendizado para os discentes, adaptando metodologias didáticas ativas de acordo com a deficiência de cada aluno.

Objetivos específicos:

- Escolher uma amostragem de escolas públicas da rede estadual de ensino que apresentem alunos com necessidades especiais, de maneira que se possa aplicar as ferramentas didáticas de ensino inclusivo de Geografia;
- Diagnosticar o perfil dos alunos com necessidades especiais de maneira a se estabelecer estratégias adequadas de ensino inclusivo de Geografia de acordo com cada necessidade;
- Apresentar estratégias de convívio com a escola escolhida de maneira a não comprometer/atrapalhar o calendário didático dessa escola;
- Avaliar as experiências didáticas ativas adotadas nas escolas da rede estadual de ensino do Ceará, com ênfase ao ensino de Geografia, sob a perspectiva de estudantes, professores e gestores;
- Avaliar a infraestrutura das escolas da rede estadual de ensino com relação à educação inclusiva, identificando limitações e potencialidades;
- Desenvolver metodologias ativas e práticas inclusivas que permitam uma melhor aprendizagem no ensino de Geografia para os estudantes da rede estadual de ensino.

7. MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL (FORTALEZA- CE)

Projeto 1: Autonomia, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência

Historicamente as pessoas com deficiência têm vivenciado um contexto de exclusão e se deparado com barreiras diversas, sejam elas físicas, de comunicação ou atitudinais, inclusive na esfera familiar e comunitária. Todavia, há que se considerar que, nas últimas décadas, ocorreram significativos avanços, sobretudo no que se refere ao campo da educação. O espaço da escola, no contexto das pessoas com deficiência, se destaca como um campo cujo acesso implica, de modo significativo, a ampliação de possibilidades de acesso a outros direitos. Isto porque, por meio da escolarização, não apenas se apresentam as possibilidades a estes sujeitos aos espaços de mercado de trabalho, mas também se lhes possibilita a compreensão de si como sujeitos autônomos e capazes. Destaque-se que, para tal, importa justamente que sejam superadas as perspectivas que anteriormente compreendiam, de modo equivocado, estes sujeitos de direitos como “incapazes”.

As reflexões avançaram no entendimento de que as limitações se encontram nos contextos sociais, espaços e realidades em que estão inseridas estas pessoas. Enquanto sujeitos, deve-lhes ser respeitada a condição de igualdade e de liberdade, bem como dadas as condições de acessibilidade, garantindo-lhes, de igual modo, justiça e equidade. De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (promulgada, na condição Emenda constitucional, pelo Decreto Presidencial 6949/2009), em seus Princípios Gerais, devem ser garantidos às pessoas com deficiência: “O respeito pela dignidade inerente, independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e autonomia individual; a não-discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades”.

É com base na compreensão de que estes princípios encontram dificuldades na sua efetivação que se percebe a necessidade de se pensar estratégias de ação voltadas para a afirmação dos mesmos nos diversos espaços em que se encontram estas pessoas, sobretudo no contexto atual. Neste sentido, esta proposta intenta desenvolver reflexões a partir de pesquisas que fundamentem e orientem a construção destas estratégias, garantindo, assim, a ampliação dos direitos e a efetivação da acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Objetivo Geral:

- Refletir sobre os limites e as possibilidades que se apresentam na realidade das pessoas com deficiência, pensando formas de garantia da acessibilidade e inclusão com autonomia e liberdade.

Objetivos Específicos:

- Conhecer os paradigmas conceituais e as reflexões teóricas que marcam o campo das pesquisas sobre pessoas com deficiência;
- Analisar e contextualizar os documentos e marcos legais nos âmbitos internacionais, nacionais e estaduais;
- Compreender os contextos sociais em que se inserem as pessoas com deficiência, com vistas a refletir sobre os desafios e as possibilidades de superação de barreiras à acessibilidade;
- Pensar os complexos que envolvem as relações das pessoas com deficiência com a família, a comunidade e a sociedade de um modo geral;
- Refletir sobre a inserção da pessoa com deficiência na escola e sobre a educação como possibilidade de construção de autonomia e liberdade por estes sujeitos;
- Destacar as implicações das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso às políticas públicas (saúde, transporte, moradia etc) na possibilidade de sua inclusão e permanência na escola.

Projeto 2: Saberes sobre questão étnico-racial, gênero e sexualidades nas escolas públicas estaduais

A presente proposta de pesquisa é uma iniciativa do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Afrobrasilidade, Gênero e Família (NUAFRO/UECE). Tem por finalidade investigar as significações que os/as jovens e educadores/as têm sobre as temáticas étnico-raciais, gênero e sexualidades no ensino médio do Ceará. A pesquisa será de cunho qualitativo, em que serão realizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. O campo empírico escolhido para materialização da pesquisa será nas escolas públicas do Estado, que agregam jovens moradores de periferias em suas ações socioeducativas, formativas e artístico-culturais.

Diante disso, a presente pesquisa propõe atuar junto ao segmento das juventudes no âmbito das escolas públicas. É de conhecimento amplo que os/as jovens negros/as e os/as de orientação e identidade sexual que difere da heteronormatividade têm sido as principais vítimas de violação de direitos, violência urbana e alvos dos homicídios e dos excessos policiais. No entanto, tem ganhado notoriedade o protagonismo destes/as jovens em ocupações de suas escolas na luta por um ensino de qualidade, na liderança de manifestações por condições dignas de moradia, mobilidade urbana coletiva, gratuita e qualificada, dentre outras pautas. Portanto, o universo das juventudes é complexo e demanda estudos, pesquisas e intervenções que possam reverter o cenário preocupante que o Estado do Ceará e o Brasil carregam no que tange ao racismo e ao machismo.

De acordo com relatório divulgado pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ceará ocupa a segunda posição do Brasil quando avaliados todos os componentes do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) de 2017, que levam em consideração pobreza, taxa de mortalidade e homicídio, frequência escolar e situação de emprego. No Brasil, de acordo com o IVJ, jovens negros têm 2,71 mais chances de serem assassinados do que jovens brancos. No Ceará, jovens negros têm 4,5 mais chances.

O relatório apresenta também o recorte de gênero na análise de homicídio de jovens brasileiros. Nesse contexto, as mulheres cearenses na faixa etária dos 15 aos 29 anos correm perigo quatro vezes maior do que as brancas da mesma idade. Acrescem as desigualdades no âmbito da educação com a distorção idade-série no ensino público, taxa de abandono em especial no ensino médio, aumento da taxa de desocupação com a crise econômica. No Ceará, aproximadamente, 750.000 jovens entre 15 e 29 anos não estudam e não trabalham (PNADC/2017). Desses, 61% são mulheres, que não buscam trabalho por conta dos afazeres domésticos e dos cuidados com os/as filhos/as, marca de uma sociedade de ranço patriarcal.

Portanto, a reflexão sobre as relações étnico-raciais de gênero e sexualidade está presente na ordem do dia e desafia diversos setores da sociedade. A problemática tem sido foco de ações conservadoras que têm avançado no sentido de silenciar e censurar os debates voltados ao fortalecimento identitário e conhecimento acerca da diversidade de gênero e discriminações. Cientes de que o debate acerca dos processos educacionais e juventude encontram-se em uma conjuntura adversa, consideramos oportuno propor uma pesquisa que aborde essa temática de modo a contribuir com a defesa dos direitos humanos. Isso porque o preconceito e a discriminação são fatores que repercutem nas condições de vida como saúde, educação inserção no mercado de trabalho, condição de vida, inclusão social, acesso à alimentação.

Todos estão fortemente associados ao pertencimento racial e ao gênero. Suas consequências se revelam na manutenção da pobreza, da miséria material, da restrição da participação política, do isolamento espacial e social. Por fim, consideremos urgente pesquisas que tratem sobre as políticas educacionais, principalmente àquelas destinadas à juventude, à questão étnico-racial e ao gênero, para que possa contribuir e reverter esse cenário preocupante que o Estado do Ceará carrega no que tange ao racismo, à lgbtqi+fobia e ao machismo. Acreditamos que pautar os processos educacionais e trabalhar com a juventude em uma conjuntura adversa, não favorável às construções democráticas, é de extrema importância para a produção científica e para a sociedade em geral.

Objetivo Geral

- Compreender as significações dos/as jovens sobre as temáticas étnico-raciais, gênero e sexualidades no ensino médio do Estado do Ceará.

Objetivos Específicos:

- Investigar as expressões de resistências culturais e políticas, por parte da juventude, que constroem experiências de sociabilidade e lutas alternativas;
- Pesquisar quais os interesses dos/as jovens para o futuro;
- Contribuir para a qualificação dos processos de educação em direitos humanos;
- Ampliar olhares em uma perspectiva crítica e propositiva de direitos humanos.

8. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS NATURAIS (FORTALEZA- CE)

Projeto 1: Educação Ambiental no Ensino de Química, Física e Biologia

A Educação Ambiental no Ensino de Química, Física e Biologia é um campo de estudo transversal de conhecimento e diálogo, capaz de articular diferentes níveis de percepção da realidade, expandindo as visões de mundo e natureza. Neste sentido, os ensinamentos de Química, Física e Biologia voltados para a educação ambiental têm muito a acrescentar didaticamente nos âmbitos socioeconômico-social, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade a partir de um desenvolvimento sustentável.

A educação ambiental é um tema ideal para trazer à tona percepções mais complexas de nossas interações com a natureza, podendo desenvolver estratégias simples para colocar em prática o aprendizado fomentado pelo conhecimento. Além disso, traz a ideia do coletivo, do partilhar, da união das diferenças na busca da compreensão e encontro de soluções comuns para os problemas que são de todos. O objetivo deste projeto é que, por meio da educação ambiental, a partir das ciências naturais, os professores, agindo em conjunto com os pais e a comunidade, possam formar alunos que passem a pensar criticamente quando se trata de assuntos com relevância para o Meio Ambiente, tendo consciência da importância de suas ações para estes.

Objetivo geral

- Desenvolver estudos e pesquisas na área de educação ambiental, estabelecendo o desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos inovadores nas temáticas relativas aos processos de produção, organização, gestão, mediação, apropriação, acompanhamento, uso, recuperação e aspectos tecnológicos da informação, como contributos à consolidação científica para o ensino de química, física e biologia com abordagem ambiental.

Objetivos Específicos

- Analisar, criticamente, os referenciais teóricos e metodológicos das Ciências Ambientais, contribuindo para a consolidação epistemológica do campo científico e propiciando elementos de reflexão sobre os aspectos multi/pluri, inter e transdisciplinares da área, com ênfase nos eixos temáticos expressos em educação ambiental;
- Discutir, criticamente, os impactos científicos, tecnológicos, econômicos, políticos, sociais e culturais das Ciências Naturais na contemporaneidade, em âmbito nacional e internacional, proporcionando avanço às transformações sociais;
- Fomentar o estado-da-arte da inovação tecnológica nas questões ligadas à área de recursos naturais, em especial à educação ambiental;

- Formar alunos que passem a pensar criticamente quando se trata de assuntos com relevância para o Meio Ambiente, tendo consciência da importância de suas ações para estes.

Projeto 2: Monitoramento de Recursos Naturais no Bioma Caatinga e Educação em Ciências Ambientais

A relação do homem com o meio ambiente tem gerado efeitos negativos sobre a natureza, afetando a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas e comprometendo o equilíbrio natural, de tal forma que aproximadamente 60% desses serviços ecossistêmicos estão sofrendo algum dano. É preciso sensibilizar o ser humano sobre a importância de uma relação harmônica com o ambiente natural, visto que o homem pode criar alternativas para mitigar os impactos oriundos da falta dos serviços ecossistêmicos, no entanto, não é capaz de desvincular-se da dependência destes serviços.

A almejada sustentabilidade dos recursos naturais no Bioma Caatinga e a participação cidadã das populações locais, atualmente, estão sendo observadas e discutidas pelas instituições governamentais, não governamentais, bem como pelo conjunto dos atores da região, como uma meta que somente pode ser atingida através de mecanismos que promovam a real participação dos usuários dos recursos naturais.

O monitoramento participativo apresenta-se como um instrumento de bases interativas e dinâmicas entre todos os atores usuários dos sistemas. Portanto, o monitoramento será concretizado, a partir de uma educação ambiental, com a criação de mecanismos e instrumentos capazes de possibilitar a coerência entre a viabilização prática do uso sustentável do meio ambiente.

Dessa forma, o projeto Monitoramento de Recursos Naturais no Bioma Caatinga e Educação em Ciências Ambientais visa criar ferramentas que possam enfrentar o grande desafio da humanidade de encontrar alternativas e novos caminhos que possam assegurar, de forma equilibrada, o desenvolvimento humano e suas interações com o meio natural.

Objetivo geral

- Desenvolver estudos e pesquisas na área de monitoramento e educação ambiental em recursos naturais, visando à criação de ferramentas que possam enfrentar o grande desafio da humanidade de encontrar alternativas e novos caminhos que possam assegurar, de forma equilibrada, o desenvolvimento humano e suas interações com o meio natural, como contributos à consolidação científica para o Bioma Caatinga.

Objetivos Específicos

- Promover a formação de profissionais de alto nível com conhecimento multidisciplinar e ético, na área de Ciências Naturais no País e na América Latina, com visão cultural e humanística, com responsabilidade socioambiental, e capacitados a explorar metodologias de análise inerentes às ciências naturais;
- Contribuir para a construção de conhecimento teórico, metodológico e aplicado no campo das Ciências Naturais, em âmbito nacional e internacional, em especial na temática educação ambiental decorrente de monitoramento do Bioma Caatinga;
- Discutir criticamente os impactos científicos, tecnológicos, econômicos, políticos, sociais e culturais das Ciências Naturais na contemporaneidade, em âmbito nacional e internacional, proporcionando avanço às transformações sociais no que diz respeito ao Bioma Caatinga.